

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

27/06/2019
QUINTA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699



Estado espera conseguir R\$ 3 bi em empréstimos

AJUSTE FISCAL Governador Ronaldo Caiado diz que recursos serão aplicados tanto em investimentos quanto no custeio da máquina; Estado só terá permissão para contrai-los, porém, após adesão ao RRF

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

O Estado espera conseguir ao menos R\$ 3 bilhões em empréstimos, depois de assinada sua entrada no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A informação foi dada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) ao POPULAR ontem, logo após anúncio de que o pedido de autorização para adesão de Goiás ao RRF deve ser analisado pela Assembleia Legislativa antes do recesso parlamentar.

À reportagem, Caiado disse que parte dos empréstimos, feitos em bancos oficiais, irá para investimentos, mas que outra parte, feita em bancos não oficiais, poderá ir para custeio. O Estado não pode usar empréstimos em bancos oficiais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para custeio.

Caiado não detalhou o pedido dos empréstimos, mas diz ser uma necessidade. "Assinado o RRF, saio da condição de Impedimento do Tesouro Nacional e venho para uma condição em que a União vai avaliar os empréstimos que solicitarei, sejam para custeio da máquina, sejam para investimentos. A partir daí, terei condições de governar o Estado."

PRAZO APERTADO

O governador espera que a entrada no RRF esteja concluída até o início do segundo semestre. Porém, para que a adesão seja concluída, o Estado precisa apresentar um plano de recuperação fiscal contendo as medidas de ajuste.

São cinco medidas que ainda precisam ser atendidas: proibição de realizar saques em contas de depósitos judiciais, a exce-



Governador Ronaldo Caiado (DEM). "A partir daí (aval para contrair empréstimos), terei condições de governar o Estado"

“Assinado o RRF, venho para uma condição em que a União vai avaliar os empréstimos que solicitarei”

Ronaldo Caiado (DEM), governador de Goiás

ção dos permitidos pela Lei Complementar 151/2015; Redução de, no mínimo, 10% dos incentivos ou benefícios fiscais; autorização para privatizar empresas dos setores financeiro,

de saneamento e outros; adoção pelo Regime Próprio de Previdência Social mantido pelo Estado; e autorização para realizar leilões de pagamento.

Outras duas medidas exigidas já foram, de alguma forma, atendidas pelo Estado: revisão do regime jurídico único dos servidores estaduais ou aprovação de teto de gastos; e instituição de regime de previdência complementar.

A dificuldade é que todas as medidas precisam de aprovação da Assembleia Legislativa, que deve entrar de recesso parlamentar nos próximos dias, portanto, sua análise pela Casa deve ficar para o segundo semestre.

A autorização, porém, pode ser votada ainda nesta semana, mas o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), não descarta autoconvocação para análise

tanto deste projeto quanto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o projeto que reduz a vinculação da Educação estadual (leia texto abaixo).

Lissauer diz que alguns deputados solicitaram que a análise das matérias seja feita na semana que vem e não na sexta-feira (28), como estava sendo cogitado, ou mesmo no sábado (29). Caso as sessões ocorram na semana que vem, a Casa entra em período de autoconvocação, pois entraria em julho, estando fora do período regimental para sessões ordinárias.

A possibilidade de autoconvocação atende a apelo de celeridade na análise da matéria feito pelo próprio governador aos deputados da base ontem, durante café da manhã no Palácio das Esmeraldas.

Reforma prevê critérios para comissionados

Sancionada na terça-feira (24), a reforma administrativa do Estado prevê a criação de critérios para nomeação de servidores comissionados. Os parâmetros serão estabelecidos por um programa de gestão de pessoas a ser lançado em julho e publicados via decretos do governador Ronaldo Caiado. O programa será coordenado pela Subsecretaria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, vinculada à Secretaria de Administração (Sead). "A reforma tem disposições que permitem regulamentações por decretos para avaliação de quem vai assumir os cargos. Ainda estamos estudando quais serão os critérios, mas um exemplo: para ser superintendente a pessoa teria que ter ensino superior completo, especialização e dois anos de atuação profissional. Será algo assim", diz o secretário de Administração, Pedro Sales. Questionado sobre os servidores que já ocupam os cargos atualmente, ele diz que haverá um período para adaptação. Ontem, o governo convocou coletiva de imprensa para apresentar o texto final da reforma. Com as modificações, o Executivo espera conseguir economia de R\$ 10 milhões mensais com encargos sociais. A economia prevista é de R\$ 61,8 milhões para este ano e de R\$ 120,3 milhões para os próximos três exercícios, somando R\$ 422,8 milhões em quatro anos.

Notificação do TCE é argumento para reduzir repasse

Durante café da manhã ontem com deputados de sua base, o governador Ronaldo Caiado (DEM) fez apresentação para explicar a proposta que reduz os repasses à Educação no Estado. No texto, utiliza dois argumentos, sendo o principal uma notificação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que fala sobre a necessidade de pagamento, neste ano, de R\$ 901 milhões relativos a vinculações da educação, pesquisa e cultura não cumpridas no ano passado.

Pelo documento apresentado, o governo precisa arcar com

R\$ 789 milhões para a educação, R\$ 77,4 milhões para a Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (Fapeg) e R\$ 34 milhões para o Fundo de Cultura não repassados no ano passado.

O segundo argumento é o de que os governos anteriores não repassaram os 25% obrigatórios para educação. Pelos dados apresentados pelo governo, o índice mínimo não é alcançado desde 2015, quando o gasto foi de 24,95%. Em 2016, o repasse ficou em 23,58%; em 2017, foi de 24,50%, e em 2018, 20,23%.

Durante sua fala, o governa-

dor Ronaldo Caiado (DEM) pediu esforço dos 25 deputados presentes, entre eles o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), para aprovação da medida, que foi inserida em Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do líder do governo, Bruno Pelxoto (MDB), e que permite aos deputados fazer propaganda de suas ações parlamentares.

Fora os deputados, participaram do café da manhã também o vice-governador, Lincoln Tejo (PROS), e os secretários Ernesto Rolier (Governador), Anderson Máximo (Casa Civil), Fátima Ga-

violi (Educação), Valéria Torres (Comunicação) e Adriano da Rocha Lima (Desenvolvimento e Inovação).

A PEC que inclui os 2% de repasses à Universidade Estadual de Goiás (UEG) e 1,25% para ciência e tecnologia na vinculação constitucional de 25% de aplicação obrigatória na educação deve ser votada hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa. O texto foi colocado para análise na comissão ontem, mas houve pedidos de vista.

REELEIÇÃO

Os deputados aprovaram ontem, em última e definitiva votação, a PEC que permite a reeleição do presidente da Casa, assim como da mesa diretora. A alteração, que não passa por sanção de Caiado, deve ser promulgada no Diário Oficial da Assembleia. Os mandatos do presidente e da mesa diretora terminam em 2021.

A mudança foi colocada via emenda jabuti de Henrique Arantes (PTB) e Vilmondes Cruvinel (Cidadania) em PEC do próprio Vilmondes que trata de ciência, tecnologia e inovação.



TCE aponta obra do Hugol superfaturada em R\$ 5,2 mi

IRREGULARIDADES Foi determinada tomada de contas especial para identificar os responsáveis e avaliar total de danos ao tesouro público

Pedro Nunes
pedro.nunes@opopular.com.br

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) identificou superfaturamento de R\$ 5,2 milhões na construção do Hospital de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (Hugol), na região Noroeste de Goiânia. Na sessão plenária de ontem, em processo relatado pelo conselheiro Saulo Mesquita, o TCE determinou a instauração de tomada de contas especial para identificar os responsáveis e quantificar os danos ao tesouro público.

Com previsão inicial de R\$ 57,3 milhões, a construção do hospital teve nova licitação e aditivos, chegando a um custo total de R\$ 168,5 milhões, de acordo com o TCE. O governo alegou, naquele momento, que houve ampliação no projeto e que o valor foi abaixo do mercado.

DEFESA

As irregularidades apontadas, segundo o conselheiro relator, foram superfaturamento em cabo elétrico, divergência

da estrutura da cobertura metálica entre a que foi prevista e a que foi cotada no orçamento, sobrepreço no pavimento em concreto betuminoso, superestimativa no quantitativo de entulho retirado e reajuste de periodicidade Indevido em uma planilha do contrato.

No prazo de 15 dias, serão citados para apresentação de defesa a empresa responsável pelas obras, a Porto Belo Engenharia, Luiz Antônio de Paula, Ademir Melreles, Rosa Maria Mendes Pacheco, Manoel Alves e Carlos Eduardo Dantas de Oliveira.

No final de 2015, O POPULAR noticiou que o TCE-GO havia determinado a suspensão dos pagamentos para a construtora do Hugol por suspeitas de superfaturamento e "constatação de gestão antieconômica". Na época, faltava o pagamento de apenas R\$ 6 milhões à construtora.

Por meio de assessoria, a Porto Belo Engenharia, responsável pela obra, informou que ainda que não foi citada pelo Tribunal de Contas, que tomou conhecimento do assunto pela imprensa. E está à disposição para prestar todos os esclarecimentos no momento oportuno.

A reportagem tentou contato com os demais citados, além do presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Agetop) daquele período, Jayme Rincón, que não deram retorno até o fechamento desta edição. A Agetop, na atual gestão, passou a se chamar Goinfra. Por meio de nota, a Agência disse que "os fatos apontados foram praticados na gestão anterior da antiga Agetop. As medidas cabíveis serão adotadas pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra)".



As medidas cabíveis serão adotadas pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra)"

Trecho de nota da Goinfra sobre obras no Hugol



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Delay

Fátima Gavioli conheceu, ao menos oficialmente, os detalhes da PEC durante café da manhã com deputados estaduais. Segundo ela, o governador precisou agir rápido após ter sido notificado pelo TCE.

Alternativas

A coluna apurou que, sobre a notificação do TCE, o governo tem duas opções. A primeira delas seria firmar um termo de ajustamento de gestão (TAG), dividindo os R\$ 901 milhões em parcelas anuais. A outra, menos ortodoxa, seria recorrer com o argumento de que não pode ser responsabilizado por atos da gestão anterior.

Gavioli sobre PEC: “A outra opção, totalmente inviável, seria não ter a UEG”

A secretária estadual de Educação, Fátima Gavioli, defende que a emenda constitucional que reduz os repasses obrigatórios com Educação a partir da inclusão dos 2% da UEG nos 25% previstos na Constituição Estadual como única saída para a manutenção da universidade estadual. “Realmente nós não temos outra alternativa que trazer a UEG para dentro da vinculação. Na verdade, nós temos outra mas ela é totalmente inviável, que é não ter a UEG. E isso está fora de questão por parte do Estado”, argumenta a auxiliar do governador Ronaldo Calado (DEM). Ela reforça que a situação fiscal do Estado é adversa, que as vinculações já não têm sido cumpridas nos últimos anos e o governo atual pretende se adequar à realidade. Outro motivo, diz, é uma notificação do Tribunal de Contas do Estado sobre a necessidade de quitação, neste exercício, de R\$ 901 milhões referentes às vinculações de 2018, sendo R\$ 789 milhões da Educação, R\$ 77,4 milhões da Fapege e R\$ 34 milhões do Fundo de Cultura.



Xadrez

Rubens Salomão | xadrez@ohoje.com.br

CURTAS

- ❖ A Alego realiza pela primeira vez o 'Arraiá Solidário'. O evento é gratuito, mas busca doações de alimentos para a Apae.
- ❖ O TCE suspendeu em 2015 pagamentos para a construtora do Hugol por suspeitas de superfaturamento. Agora, o Tribunal instaurou investigação.
- ❖ A chamada Tomada de Preços Especial busca identificar responsáveis por danos ao tesouro público.

TCE-GO investiga desvios de recursos em obras do Hugol

Novo recuo garante aprovação De PEC

A unidade técnica do Tribunal apontou a existência de dano ao erário, em decorrência de 5 irregularidades

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) determinou ontem (26) que seja instaurada uma Tomada de Contas Especial para identificar os responsáveis e quantificar os danos decorrentes de itens e serviços superfaturados na construção do Hospital de Urgências Governador Otávio Lage (Hugol) em 2015. Os valores superam R\$ 5,2 milhões.

A decisão foi tomada durante a sessão plenária de ontem, em processo relatado pelo conselheiro Saulo Mesquita. O mesmo relator do das contas do Estado de Goiás referentes ao ano de 2018. Os valores fiscalizados pelo TCE-GO nesta análise do TCE-GO chegaram a mais de R\$ 168,5 milhões.

Para que seja realizada a tomada de contas especial, os citados terão 15 dias para os citados apresentem de defesa. Entre os responsáveis estão a empresa contratada para a realização da obra no Hugol: Porto Belo Engenharia e Comércio Ltda e os ex-gerentes de obras civis da antiga Agência Goiana de Transportes e Obras (Age-top): Luiz Antônio de Paula e



Processo foi relatado por Saulo Mesquita, o mesmo que relator das contas do Governo de 2018

Ademir Meireles.

Dano ao patrimônio

A unidade técnica do TCE-GO apontou a existência de dano ao erário, em decorrência de cinco irregularidades: reajustamento de periodicidade indevido em itens de serviço relativos à planilha do Contrato nº 155/2013. Avaliado em R\$ 1,7 milhões; superfaturamento para o item cabo sin-tenax 1 kV Ø 240 mm², que foi avaliado em R\$ 262 mil mais R\$ 555 mil; divergência da estrutura da cobertura metálica entre a prevista em projeto e executada em relação àquela cotada nos orçamentos base e da contratada, avaliado em R\$ 717 mil e o pavimento em Concreto Betuminoso, avaliado em R\$ 122 mil e por último, o quantitativo de retirada de entulho superestimado, avaliado em R\$ 1,8 milhões.

Em 2015, o Serviço de Fiscalização de Obras e Serviços

de Engenharia realizou uma Auditoria de Regularidade na construção do Hugol. No ano seguinte, o Tribunal determinou, em medida cautelar, a suspensão dos pagamentos à empresa Porto Belo por superfaturamento e constatação de gestão antieconômica.

Aberta a oportunidade de defesa, a unidade técnica e Auditoria do TCE entenderam, este ano, que as irregularidades existiram e resultaram em prejuízo ao erário e sugeriram a conversão do processo em Tomada de Contas Especial.

As irregularidades apontadas, segundo o conselheiro relator, foram o reajuste de periodicidade indevido em uma planilha do contrato, superfaturamento em cabo elétrico, divergência da estrutura da cobertura metálica entre a que foi prevista e a que foi cotada no orçamento, sobrepreço no pavimento em concreto betuminoso e superestimativa no quan-

titativo de entulho retirado.

Diante de tais fatos o conselheiro e relator, Saulo Mesquita, votou pela manutenção da medida cautelar e a conversão do relatório em Tomada de Contas Especial com vistas ao ressarcimento do erário. Serão citados para apresentação de defesa, no prazo de 15 dias, além de Porto Belo Engenharia, e dos ex-gerentes da antiga Age-top, Rosa Maria Mendes Pacheco, Manoel Alves e Carlos Eduardo Dantas de Oliveira também foram notificados na tomada de contas.

Em nota, a Porto Belo Engenharia informa ainda que não foi citada pelo Tribunal de Contas, que tomou conhecimento do assunto pela imprensa. E está à disposição para prestar todos os esclarecimentos no momento oportuno. Os outros citados não foram encontrados até o fechamento da edição.

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje

Após correria para tentar impedir votação na primeira votação da “jabuti” incluída na primeira votação do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) no dia 18, o governo cedeu e recomendou voto favorável ao projeto em sua segunda votação na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) ontem (26).

A mudança no resultado é o grande diferencial desta segunda votação, que mudou de um placar de 26 a 6 (além de uma abstenção), para 34 votos favoráveis frente a apenas dois votos desfavoráveis. O projeto obteve oito votos a mais que na primeira votação. Isto se deu, principalmente, após o recuo do líder do governo, que recomendou os deputados da situação a votarem a favor da PEC. Apenas Amauri Ribeiro (Patriotas) e Humberto Teófilo (PSL) votaram contrário. O projeto será enviado para o Governador sancionar ou vetar.

De autoria do deputado Virmondes Cruvinel, a PEC adiciona dispositivos na Constituição Estadual para atualizar o tratamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação. No entanto, foi acrescentada uma “jabuti”, que é uma emenda acrescida no projeto, propondo a reeleição para presidente do Poder Legislativo. Hoje está questão permitida na Constituição Estadual e nem no Regimento Interno da Casa.



Goiás deve receber hoje Plano de Recuperação

Venceslau Pimentel

Especial para O Hoje

O Ministério da Economia deve encaminhar hoje ao governo de Goiás, após passar pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a minuta do plano de adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que será, posteriormente, enviado à Assembleia Legislativa, em forma de projeto de lei.

Segundo Caiado, que se reuniu na terça-feira com o ministro Paulo Guedes e sua equipe, há o reconhecimento da necessidade de o governo de Goiás ingressar no RRF, diante do grave desequilíbrio fiscal em suas contas. “É o reconhecimento que Goiás chegou a um ponto que não pode sobreviver sem o regime de recuperação fiscal”, pontuou.

O governador ressaltou que a adesão não é motivo de comemoração pelo governo. “Não estamos, hora nenhuma, festejando esse acontecimento”, disse. “Esse acontecimento é triste para a história de Goiás, mas talvez (sirva) para que todos possam tirar lições do que aconteceu. Esta é exatamente a fatura que o povo goiano paga por gestões populistas irresponsáveis e corruptas que comandaram o estado nos últimos 20 anos, levando Goiás a uma situação de total insolvência do ponto de vista fiscal”.

“A única possibilidade que nós temos hoje de arcamos com os compromissos de governo é exatamente, agora, aderindo ao plano de recuperação fiscal, com a decisão do ministro de nos conceder a liminar, e que o Ministério da Economia reconheceu essa ne-

cessidade”.

De acordo com o governador Ronaldo Caiado (DEM), que falou sobre o assunto, ontem, em entrevista à imprensa, a adesão é resultado da decisão liminar do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrida na semana passada. Agora, o governador espera que a Assembleia Legislativa aprove a matéria antes do recesso de julho.

Para tanto, ele fez um apelo aos parlamentares da sua base de apoio, durante um café da manhã no Palácio das Esmeraldas. No entanto, o presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), já adiantou que se o texto for complexo, e provocar polêmica, não haverá possibilidade de o projeto ser aprovado antes do recesso, que começa na próxima semana.

“Existem duas possibilidades: se for um texto complexo, muito grande, não vamos ter condições, no apagar das luzes do semestre, de aprova-lo. Se for um texto mais simples, que o governo possa trabalhar no recesso (de julho), a gente pode colocar em deliberação e tentar aprovar o mais breve possível. Tem que ver isso”, disse.

Lissaur voltou a comentar que não considera o RRF a melhor alternativo do governo para superar a crise fiscal. “Na minha opinião, não é a melhor saída para o governo. Na minha opinião, nós temos outras saídas para fazer uma recuperação do estado menos traumática”, frisou. “O Regime será muito traumático para o setor produtivo, para os empresários, para os industriais do estado e para os servidores públicos também”.